

# **INCLUSÃO SOCIAL, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE SERGIPE E A CAPTURA SUSTENTÁVEL DO CARANGUEJO – UÇÁ**

Lídia Maass Reis; Laura Jane Gomes; Maria Conceição Santos & Ana Maria Dantas Torres

O litoral de Sergipe possui treze municípios, sendo cinco costeiros e oito ribeirinhos. Segundo RAMOS, (1999) existem mil, trezentos e noventa e três unidades na frota de embarcações composta de canoas a remo/vela e uma parcela motorizada atuando exclusivamente nos estuários e rios. Nestas canoas seguem os pescadores que se distribuem por áreas de manguezais para coletar o caranguejo. A captura do caranguejo-uçá é realizada por um grande número de pessoas que fazem da atividade sua base alimentar, principalmente nos povoados adjacentes aos manguezais, quase toda a família está envolvida na captura e beneficiamento dos mesmos, revestindo a atividade de uma importância social que repercute na cultura e tradições da população. Sergipe possui um número estimado 1220 catadores de caranguejo (CEPENE, 2000) que vivem nos povoados dentro das áreas de preservação permanente, convivendo e extraíndo sua sobrevivência através de gerações.

A exploração dos estoques tornou-se insustentável e inviável do ponto de vista ecológico e econômico.(Legat e Puchnick,2003). O mesmo vem acontecendo nessas áreas de preservação permanente no Estado de Sergipe.

Os pescadores artesanais que utilizam o método do braceamento, colocam em prática uma captura que é utilizada há muitas gerações e, por não causar prejuízo para a espécie, foi capaz de sustentar populações sergipanas até os dias de hoje. Porém, a coleta do caranguejo vem sendo realizada de forma predatória. A intensividade do esforço e a facilidade de ingresso na atividade, contribuem para uma queda no tamanho médio de captura, reduzindo o estoque e potencial reprodutivo, ameaçando a população que sobrevive do recurso. Tal situação reflete em aumento da pobreza nas comunidades pesqueiras, agravando os problemas sócio-ambientais de toda a região.

É papel do Estado a intervenção para estruturar a qualidade das inter-relações que acontecem, propiciando a compreensão dos problemas que se apresentam no dia-a-dia das pessoas, fruto destas relações construídas ao longo do tempo. O Núcleo de Educação Ambiental do Ibama Sergipe inseriu-se nessa proposta de uma gestão participativa nas áreas de preservação permanente para uma experiência de construção de políticas públicas e empoderamento das populações tradicionais, enfrentando problemas públicos que estão ligados à qualidade de vida de populações e ameaças ao meio ambiente, repercutindo no

sustento de comunidades porque afetam os vínculos das pessoas com o meio ambiente; uma vez modificados podem causar nas populações ameaças de perda de identidade cultural e sustentabilidade econômica.

Os objetivos deste trabalho são: construir coletivamente a exploração sustentável do caranguejo-uçá nos manguezais de Sergipe; construir alternativas diante da importância do ecossistema manguezal na sobrevivência e qualidade de vida da população; propiciar o entendimento aos pescadores, da legislação vigente e inserir a comunidade e em especial o pescador no processo de gestão dos recursos pesqueiros.

O enfoque metodológico se configura em um processo participativo de reflexão-ação-reflexão com a comunidade, com o propósito de fortalecer a sua capacidade de enfrentar questões, aliado ao gerenciamento comunitário. Para isso, o ponto de partida para o desenrolar do processo educativo se dá a partir da situação sócio-ambiental vivida expressa pelo conflito de uso e exploração do espaço e recursos naturais. Com a comunidade, procura-se organizar espaços pedagógicos transformados em ações que levam a participação no ordenamento do uso dos recursos e nas decisões que afetam a qualidade sócio-ambiental (IBAMA, 2002). Fazem parte desta dinâmica, ações de organização e capacitação, mobilização comunitária, articulação intra e interinstitucional, formação de grupos, seminários, reuniões, construção de material educativo e de divulgação, troca de experiências em gestão que vão sendo construídas no decorrer do processo. Esta concepção metodológica de Educação Ambiental está fundamentada na pedagogia freireana (Freire, 1975; Freire, 1976), buscando fazer educação através da prática dialógica.

O Projeto teve início em 1999, em três municípios sergipanos onde há maior concentração de catadores de caranguejo envolvidos: Santa Luzia do Itanhy, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas. A partir do segundo ano de trabalho, 2001, o projeto estendeu-se para mais dois municípios: Indiaroba e Aracaju e, em 2002 para Brejo Grande. O trabalho foi dividido para atingir três segmentos principais: escolas, pescadores e comerciantes.

Diversas reuniões foram realizadas nas colônias de pesca, Associações de Pescadores, Prefeituras Municipais e escolas, constatando-se que os atores envolvidos conhecem a questão, a legislação e tem consciência do problema trazido com o uso da “redinha” (petrecho predatório). São inúmeras as discussões e embora sensibilizados, não abrem mão do uso em nome da: “fome”, “falta de alternativas”, “todos estão usando a redinha” e outros argumentos.

Foi dito da necessidade de instrumentalização no sentido do pescador poder identificar no campo, os caranguejos dentro das especificações legais de tamanho. Para tanto, foi desenhada pela equipe, uma espécie de régua medidora (em alumínio) do tamanho padrão

de captura, denominada de caranguímetro. Foram produzidos e distribuídos quatro mil destas para os pescadores artesanais, comunidades, bares, escolas e feiras livres. Também foi elaborado um cartaz educativo que mostra o caranguejo-uçá e a legislação.

Diante das atividades de educação ambiental com a participação da comunidade, foi gerada a publicação da portaria número 85 do dia 16 de julho de 2002, que proibiu a cata indiscriminada nos períodos da andada (reprodução) e ecdise do caranguejo.

Proibir a captura no período da muda, conhecido como écdise ou ainda quando o caranguejo “está de leite”, implica na redução do trânsito de pessoas nos manguezais, diminuir o pisoteamento e a perturbação do ambiente. Muitos animais morrem neste período pois estão mais sensíveis e menos resistentes.

A portaria 85/2002 entrando em vigor, proibiu os catadores de capturar o caranguejo-uçá por dois meses (de 15 de outubro a 15 de dezembro), no Estado de Sergipe e sob estudo experimental. Pela primeira vez no Brasil testou-se a proibição por motivos outros que não período reprodutivo. O número de registros que era de 1220 pescadores passou para 5000.

A avaliação contínua para construção e readequação das propostas propiciou várias modificações no decorrer do trabalho.

Durante todas as atividades os atores envolvidos têm demonstrado interesse e solicitado, por meio de articulação do NEA, a presença de palestrantes sobre questões como a pesca, o seguro desemprego; os benefícios e obrigações junto à seguridade social; política pesqueira . As comunidades estão sensíveis para a importância da captura sustentável e conseguem relacionar a qualidade de vida que tem, com o tipo de captura que está ocorrendo.

A construção para uma exploração sustentável do caranguejo-uçá é um processo dinâmico onde o conhecimento científico aliado ao saber popular e sua característica dinâmica exige permanente diálogo com os atores sociais envolvidos. Ela se faz essencial para um processo de gestão que busca aprimoramento constante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPENE/IBAMA. CENTRO DE PESQUISAS E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO LITORAL NORDESTE. Relatório da Reunião Técnica sobre Estado da Arte, Pesquisa e Ordenamento da Cata do Caranguejo-uçá no Norte/Nordeste do Brasil. Tamandaré, PE:IBAMA/CEPENE, 2000.

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Como o Ibama exerce a Educação Ambiental. Brasília:Coordenação Geral de Educação Ambiental-Ibama, 2002.

LEGAT, Jefferson F.A. e PUCHNICK, Angela. Sustentabilidade da Pesca do Caranguejo-uçá, *Ucides cordatus cordatus*, nos Estados do Piauí e do Maranhão: Visão da Cadeia Produtiva do Caranguejo a partir de Fóruns Participativos de Discussão. Parnaíba, PI. EMBRAPA Meio Norte, Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2003.

RAMOS, Vera Lúcia O. Coutinho. Pesca, Pescadores e Políticas Públicas no Baixo São Francisco. Sergipe. Aracaju: UFS, 1999. 197p.(dissertação mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA)